

DATA DA REUNIÃO: DEZOITO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, SANTO TIRSO. -----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO. -----

PRESENÇAS E FALTAS: -----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE. -----

VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE. -----

VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE. -----

VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE. -----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: QUINZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS. -----



HORA DE ENCERRAMENTO: DEZASSEIS HORAS. -----
SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----
ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi feita uma declaração política sobre a Requalificação e reintegração de serviços no Centro Hospitalar do Médio Ave e obras na unidade de saúde de Santo Tirso daquele Centro Hospitalar, a qual se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

b) Também pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foram feitos dois pedidos de esclarecimentos, sobre os seguintes assuntos: -----

- Obras na E.N.105 entre Vila das Aves; -----

- Requalificação da Escola Básica do Bom Nome, Vila das Aves. -----


Anexam-se os referidos pedidos de esclarecimentos à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo as folhas cinco e seis da presente ata. -----

c) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista Partido Socialista foi feita uma declaração política sobre os dados apresentados no anuário financeiro dos municípios portugueses, relativos ao ano de 2017, que colocam o município de Santo Tirso entre os melhores no que se refere à eficiência financeira, a qual se junta à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas sete e oito da presente ata. -----

Reunião de Câmara

Declaração Política

3



Os vereadores do PSD não alimentam discursos populistas, a saúde é um bem fundamental e não pode estar ao serviço de meros interesses partidários e muito menos de interesses de ocasião.

A este propósito o senhor presidente de câmara e o partido socialista já não podem dizer o mesmo, senão vejamos:

- Em 17/03/2017, o senhor ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, na presença do senhor presidente da Câmara, anunciou que estava a trabalhar, em conjunto com a Administração Regional de Saúde do Norte e a Câmara Municipal de Santo Tirso no processo que resultaria na requalificação e reintegração de serviços no Centro Hospitalar do Médio Ave, revelando que tudo está encaminhado “para começarmos a dar expressão prática àquilo que são já compromissos assumidos. Aliás, para pôr em prática aquilo que é já um protocolo assinado”.
- Em 02/08/2017, o senhor presidente anunciou aquando da assinatura de um protocolo com o Centro Hospitalar, que a reestruturação do hospital de Santo Tirso iria avançar por fases ao longo de três anos, num investimento de quatro milhões de euros. Falava da confiança no programa anunciado.
- Em 08/06/2018, os deputados do partido socialista juntamente com o senhor presidente, aquando de uma visita ao Hospital., afirmaram estar convictos de que o Ministério das Finanças iria libertar a verba para as obras na unidade de Santo Tirso do Centro Hospitalar do Médio Ave (CHMA) no prazo de duas ou três semanas.
- Em 01/10/2018, passados 4 meses, o PS de Santo Tirso exige que a verba para as obras no hospital local integre o próximo Orçamento de Estado (OE), permitindo em 2019 o seu arranque.
- E agora, senhor Presidente?
- Que respostas tem do Governo?
- Como vai honrar o compromisso que assumiu com a população?



4

O senhor presidente sabe, que a passagem do Hospital de Santo Tirso para a gestão da Misericórdia, evitaria tudo isto.

O senhor presidente sabe, que a passagem do Hospital de Santo Tirso para a gestão da Misericórdia, garantia a sua continuidade no SNS (Serviço Nacional de Saúde).

O senhor presidente sabe, que a Misericórdia iria recuperar alguns dos serviços que encerraram e/ou foram transferidos para Famalicão.

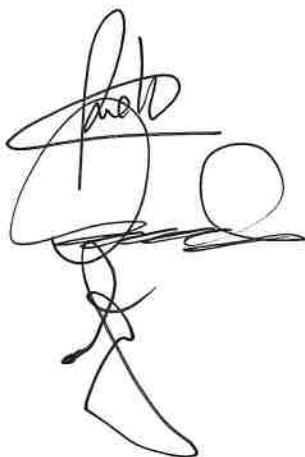
A verdade é que o senhor presidente da câmara e presidente do partido socialista de Santo Tirso, continua a usar o cargo e a câmara, para fazer política partidária.

Os vereadores do PSD, uma vez mais, apelam ao sentido de responsabilidade da maioria socialista e lamentam que o senhor presidente da câmara continue mais concentrada em fazer política partidária, do que na resolução dos muitos e preocupantes problemas que afetam o concelho e os Tirsenses.

É triste, lamentável e preocupante o comportamento do partido socialista!

Santo Tirso, 18 de outubro de 2018

Os vereadores do PSD



REUNIÃO CMST

Reunião Ordinária de 18/10/2018

5

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Assunto: Obras na E.N. 105 entre Vila das Aves e Santo Tirso



As obras na E.N. 105 vêm a decorrer a “passo de caracol”, com problemas graves para a circulação automóvel. Verificamos mesmo que em determinados percursos, as obras estão completamente PARADAS.

Mas para além das obras paradas, há em determinados sítios onde já levantaram o pavimento de alcatrão anterior, autênticas “ratoeiras”, suscetíveis de provocar acidentes e danos nos veículos, provocados pela grave anormalidade do pavimento.

Curiosamente, onde já existe uma primeira camada de piso com novo alcatrão, foram efetuadas marcações no eixo da via e muito recentemente, criaram novas passadeiras com tinta amarela.

Atendendo a tudo isto, gostava que nos informasse.

1º - É do conhecimento de V. Exª e dos serviços que preside, o estado atual da E.N. 105 entre a Vila das Aves e Santo Tirso e os enormes constrangimentos de trânsito que se verificam todos os dias?

2º- Há algum motivo especial para as obras estarem a ser feitas em “passo de caracol” e paradas em determinados pontos?

3º - As pinturas de passadeiras em amarelo efetuadas esta semana, levam-nos a crer que a colocação do piso definitivo ainda vai demorar muito tempo. Existe alguma causa especial para que em vez de concluírem a obra, como seria normal, estejam agora a colocar pinturas provisórias de marcação do eixo da via e da colocação de passadeiras com tinta amarela?

4º- Tudo isto que verificamos nas obras de repavimentação da E.N. 105, terá a ver com a falta de infraestruturas, como por exemplo a rede de abastecimento de águas e rede de águas residuais nas freguesias S. Tomé de Negrelos, Rebordões e Burgães, que por esquecimento não foram incluídas na empreitada inicial?

Santo Tirso, 18 de outubro de 2018

Os Vereadores do PSD



REUNIÃO CMST

Reunião Ordinária de 18/10/2018

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

6

Assunto: Escola de Bom Nome – Vila das Aves



Fotos: Página Facebook Município de Santo Tirso

Na página oficial do Município de Santo Tirso no Facebook, à data de 17 de Setembro de 2018, podemos ler que ***“está concluída a requalificação da Escola Básica de Bom Nome, em Vila das Aves”***.

Pois bem, depois de tanta pompa e circunstância na cerimónia de inauguração da Escola de Bom Nome em Vila das Aves, chegou ao nosso conhecimento um conjunto de situações anómalas que atendendo ao valor investido (cerca de 700 mil euros), seria de prever que não viessem a existir.

Assim, se as obras já estão concluídas, gostávamos de ser esclarecidos pelas situações seguintes:

- Os docentes não têm sala para reuniões, muito menos para as suas pausas. Estas são realizadas numa sala que foi destinada para arrumos;
- Os docentes não têm casa de banho, sendo obrigados a usar a dos alunos ou a dos deficientes. Incompreensivelmente, nem isso é possível porque atualmente uma casa de banho está avariada e as outras servem para arrecadações;
- Há autoclismos que não funcionam e nunca deitaram água. Há azulejos nas casas de banho partidos que não foram mudados e as portas que deveriam ter sido substituídas, apenas foram revestidas nos fundos com umas placas de metal;
- O chuveiro que devia ser de mangueira, para poder dar banho a qualquer criança, é fixo na parede, mesmo depois de os técnicos da CM terem sido avisados;
- Nestas casas de banho o pavimento não apresenta a inclinação suficiente para o devido escoamento das águas após os banhos, acontecendo que as águas correm por toda a superfície;
- A campainha do portão principal já está avariada, obrigando muitos encarregados de educação a ligar para alguém dentro da escola para uma funcionária poder abrir o portão;
- Ainda não existe telefone, apesar de já haver número atribuído;
- Não há nenhuma sala para atendimento aos encarregados de educação. Adaptaram à pressa uma sala no final do corredor para apoio educativo;
- Falta muito mobiliário que já era suposto estar ao serviço. Na pré-escola nem mesas tem e as duas mesas que existem em cada sala, são da cantina;
- Incompreensivelmente, na cozinha os fogões são os velhinhos do passado, obrigando os excelentes profissionais que lá trabalham a certos milagres, para conseguirem a confeção das refeições a horas;
- Os materiais de limpeza não estão devidamente guardados porque não existem armários para arrumo dos mesmos;
- Há pavimentos que estavam tortos e tortos ficaram. Apenas colocaram um revestimento por cima;
- Arquivos que existiam na escola, tiveram que ser guardados fora da escola por não haver espaço apropriado para o mesmo. Ao que se sabe, foram levados para casa de alguns funcionários da escola.

Enfim, terminamos como começamos citando a comunicação da própria CM: ***“está concluída a requalificação da Escola Básica de Bom Nome, em Vila das Aves”***.

Santo Tirso, 18 de outubro de 2018

Os Vereadores do PSD

DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018)

Os dados apresentados no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativos ao ano de 2017 voltam a colocar Santo Tirso nos radares dos Municípios com melhor eficiência financeira.


O documento da autoria da Ordem dos Contabilistas Certificados que faz o Raio-X à saúde financeira dos Municípios portugueses confirma, aliás, a tendência verificada a partir de 2013, quando o Município iniciou uma trajetória sólida em matéria de consolidação das contas municipais.

Em 2017, **Santo Tirso foi o 34.º Município com um maior volume de investimento pago**, na ordem dos 9,5 milhões de euros, o que representa um crescimento de seis por cento face ao ano anterior. **Graças às boas contas do Município**, que, a partir de 2013, iniciou uma trajetória de rigor, responsabilidade e gestão equilibrada, **Santo Tirso foi ainda o 27.º Município que mais recorreu a financiamento bancário**, dada a forte capacidade de endividamento, ao contrário da maioria dos Municípios, incluindo alguns vizinhos geridos pelo PSD.

A eficiência financeira do Município foi também fortemente influenciada pelo indicador “Municípios com maior receita de Derrama cobrada” em 2017. **Uma tendência que é justificada pelo elevado dinamismo económico que se vive no Município**, fruto das políticas de incentivo fiscal e de atração de investimento privado postas em prática a partir de 2013.

Em suma, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses é uma demonstração de rigor e equilíbrio orçamentais adotados pelo atual executivo municipal, mercê de

um esforço e de políticas corretas, para **controlar as despesas, investir com realismo e manter a estabilidade financeira.**



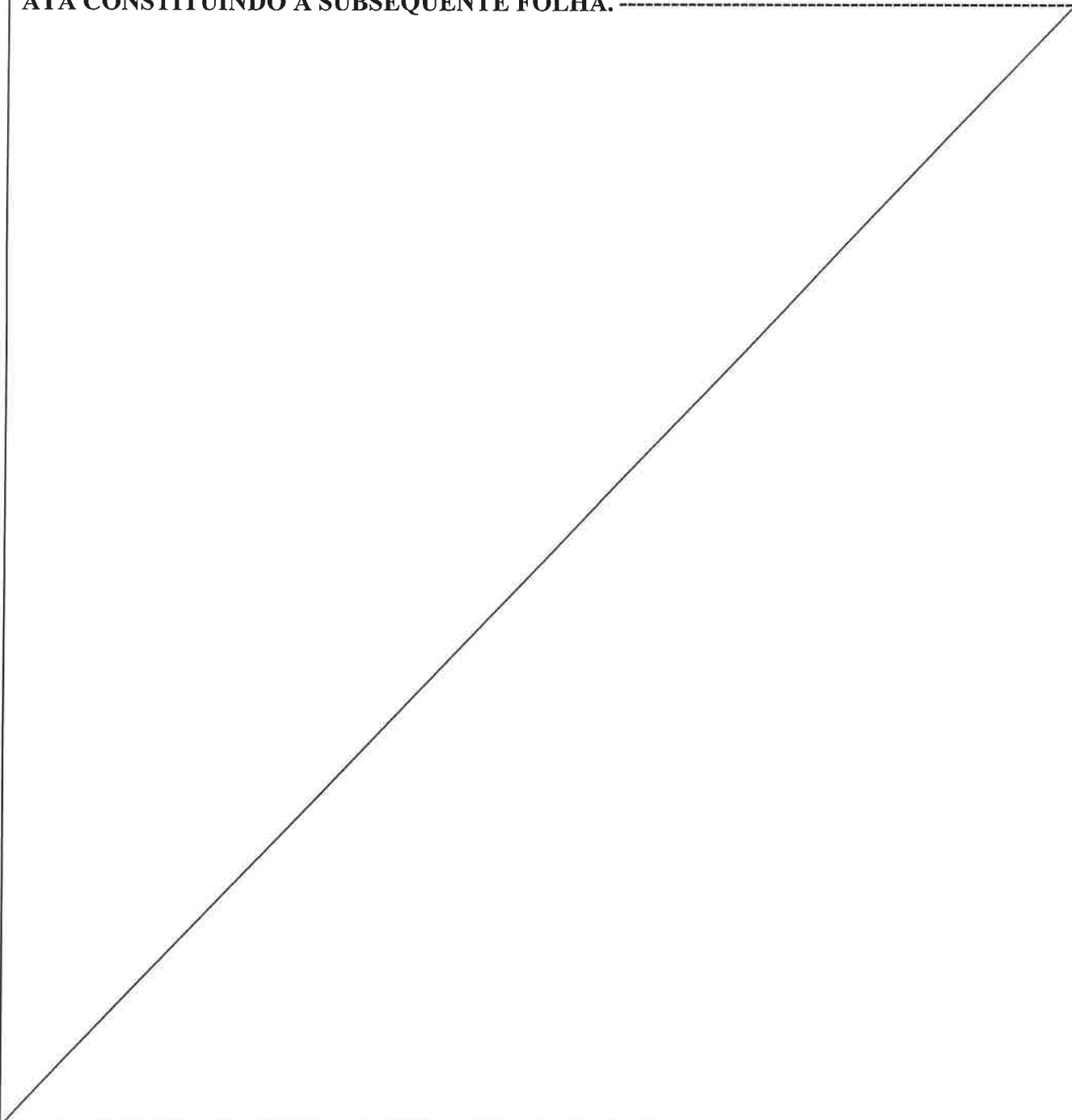
O Município de Santo Tirso é, pois, um exemplo nacional de boas práticas de gestão.

Os eleitos pelo Partido Socialista

Santo Tirso, 18 de outubro de 2018

Reunião : ORDINÁRIA

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE
ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA. -----**



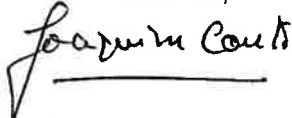
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE OUTUBRO DE 2018 – ATA Nº 19

ORDEM DO DIA

- 1 - Aprovação da ata da última reunião ordinária de 11/10/2018
- 2 - Empreitada - "Requalificação de parte do quarteirão da Fábrica de Santo Thyrsos - Centro de Arte Alberto Carneiro" - Aprovação da minuta do contrato
- 3 - Proposta de Relatório Discriminativo para a partilha de bens, direitos, obrigações e universalidades entre o Município de Santo Tirso e o Município da Trofa – Aprovação
- 4 - Proposta de Plano Municipal de Sinalética
- 5 - 3ª Alteração do PDM - Ajustamento ao novo limite da CAOP em Vila das Aves - Aprovação da proposta a enviar à CCDRN
- 6 - 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal - Início do Procedimento
- 7 - Projeto de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos
- 8 - Proposta de atribuição subsídios às Instituições Particulares de Solidariedade Social que organizaram Colónias de Férias – 2018
- 9 - Requerimento da sociedade Agrolonga - Tratores, Máquinas Agrícolas e Empilhadores, Unipessoal Lda - Pedido de reconhecimento de projeto de interesse municipal para efeitos de redução/isenção de taxas - proc. nº 336/16-LEDI
- 10 - Requerimento da sociedade Pena Palace - Empreendimentos Hoteleiros e Turísticos S.A. - Pedido de reconhecimento de projeto de Interesse Municipal para efeitos de redução/isenção de taxas - processo 71/95
- 11 - Requerimento da sociedade PACOLI – Propriedades, Construção e Investimentos Imobiliários, Lda - Pedido de reconhecimento de projeto de Interesse Municipal para efeitos de redução/isenção de taxas - processo 30/17

Santo Tirso, 15 de outubro de 2018

O Presidente,



Joaquim Couto (Dr.)

1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11/10/2018.-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia onze do corrente mês de outubro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----

Não participaram na votação da ata da reunião anterior os senhores vereadores Dr.^a Andreia Neto, Eng^a Ana Maria Moreira Ferreira e Dr. José Manuel Pimenta de Carvalho, em virtude de não terem estado presentes na respetiva reunião. -----

2. EMPREITADA - "REQUALIFICAÇÃO DE PARTE DO QUARTEIRÃO DA FÁBRICA DE SANTO THYRSO - CENTRO DE ARTE ALBERTO CARNEIRO" - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.-----

Presente informação da Divisão da Contratação Pública, de quinze do corrente mês de outubro, registada como número onze mil quinhentos e quarenta, a remeter a minuta do contrato da empreitada acima referida, cuja decisão de adjudicação foi tomada por despacho do presidente da câmara, de treze de setembro findo, ratificado por deliberação desta câmara municipal de onze do mesmo mês de outubro (Item três da respetiva ata).-----

O senhor presidente submeteu à câmara municipal a aprovação da referida minuta. -----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do aludido contrato de empreitada, e autorizar desde já a celebração do contrato, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião.-----



3. PROPOSTA DE RELATÓRIO DISCRIMINATIVO PARA A PARTILHA DE BENS, DIREITOS, OBRIGAÇÕES E UNIVERSALIDADES ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O MUNICÍPIO DA TROFA – APROVAÇÃO. -----

Presente informação da Divisão Jurídica, de quinze do corrente mês de outubro, registada com o número onze mil quinhentos e sessenta, a remeter Proposta de Relatório Discriminativo para a partilha de bens, direitos, obrigações e universalidades entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma, composto por sessenta folhas, que integra a Planta dos Limites territoriais entre os dois municípios nele referido. -----

Os livros em formato Excel referidos no Relatório, bem como os documentos para os quais os mesmos remetem, foram inseridos em CD-ROM não regravável, que fica igualmente anexo à presente ata, como anexo III, fazendo parte integrante da mesma. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida Proposta de “Relatório de Partilha”. -----

No momento da discussão do assunto a senhora vereadora Dr.ª Andreia Neto questionou se a proposta apresentada resulta de acordo com o município da Trofa. -----

O senhor presidente esclareceu que foram efetuadas diversas reuniões com o município da Trofa para se tentar acordo, mas como não foi possível chegar a acordo, o município de Santo Tirso decidiu elaborar esta proposta, que será remetida ao município da Trofa e que se verá qual a posição que aquele irá assumir. -----

A câmara municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o aludido Relatório discriminativo para a partilha de bens, direitos, obrigações e universalidades entre os municípios de Santo Tirso e da Trofa e enviar o mesmo para o município da Trofa, peticionando o pagamento do valor devido. -----

4. PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SINALÉTICA. -----

Presente informação de vinte e seis de setembro findo, da Divisão de Mobilidade e Transportes, registada com o número dez mil novecentos e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a remeter proposta de Plano Municipal de Sinalética, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma, composto por cem folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse, ao abrigo da sua competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Plano Municipal de Sinalética, e remeter o mesmo à assembleia municipal para aprovação, de harmonia com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.CDS-PP foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente este documento por entendermos, no que diz respeito, por exemplo, ao enquadramento territorial e estratégico que é feito, em muito vem dar razão ao PSD, para além de que, naturalmente, entendemos de extrema relevância este Plano Municipal.”-----

5. 3ª ALTERAÇÃO DO PDM - AJUSTAMENTO AO NOVO LIMITE DA CAOP EM VILA DAS AVES - APROVAÇÃO DA PROPOSTA A ENVIAR À CCDRN. -----

Presente informação de dois do corrente mês de outubro, da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, registada com o número onze mil cento e doze, a comunicar que terminou o período de participação pública da 3ª alteração ao Plano Diretor Municipal, cujo procedimento foi iniciado por deliberação da câmara municipal de seis de setembro findo (item sete da respetiva ata) e a remeter, a proposta de 3ª alteração ao PDM, que tem por objeto o ajustamento do mesmo ao novo limite da CAOP em Vila das Aves, na sequência da Lei 11/2018, de 02 de março, que altera os limites territoriais das freguesias de Aves e Lordelo, dos municípios de Santo Tirso e Guimarães.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta, e remeter a mesma para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 86º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL 80/2015, de 14 de maio).-----

A proposta de 3ª alteração ao Plano Diretor Municipal é integrada pelos seguintes elementos: -----

- a) Relatório da 3ª alteração do PDM; -----
- b) Carta de Ordenamento – folha 1.2;-----
- c) Carta de Condicionantes – folha 2.2;-----
- d) Carta de Condicionantes-Riscos – folha 2.2a).-----

Anexam-se à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, como anexo V da mesma, constituído por seis páginas, os elementos anteriormente referidos, rubricados pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

Para uma melhor compreensão da proposta de alteração apresentada, juntam-se também à presente ata elementos explicativos, com a delimitação do limite do concelho como identificado no

PDM em vigor e o limite de Concelho aprovado pela referida Lei 11/2018 e que se pretende pela presente alteração transpor para o PDM, para cada elemento gráfico alterado, o que fica a constituir o anexo VI da mesma. -----

A proposta, após discussão e votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----



6. 2ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - INICIO DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, de oito do corrente mês de outubro, registada com o número onze mil duzentos e quarenta e seis, a propor o início do procedimento da 2ª Revisão ao Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos do artigo 76º, por remissão do nº 3 do artigo 119º do Decreto-lei nº 80/2018, de 14 de maio, e a remeter o Relatório de Avaliação do PDM e os Termos de Referência da 2ª Revisão, documentos dos quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais, constituindo o anexo VII da mesma, constituído por cinquenta e uma páginas.-----

Face ao teor da referida informação e documentos anexos, o senhor presidente da câmara propôs que a câmara municipal, deliberasse: -----

- a) Concordar com a referida proposta de Revisão do PDM; -----
- b) Determinar o início do procedimento de revisão, nos termos legalmente previstos; -----
- c) Fixar o prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do respetivo aviso no Diário da República, para participação pública, conforme dispõe o artigo 88º do referido diploma legal; -----
- d) Aprovar a metodologia de elaboração da revisão do PDM, a efetuar internamente, pelos serviços municipais, com a coordenação da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, conforme consta do ponto 7. dos Termos de Referência; -----
- e) Fixar o prazo de vinte meses para a elaboração da revisão ao Plano; -----
- f) Nomear como gestora do processo a chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, Lúcia do Rosário Moita Rodrigues, arquiteta. -----

Após discussão, e votação nominal, as propostas que antecedem foram aprovadas por unanimidade. -----

7. PROJETO DE REGULAMENTO DE SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS.-----

Presente informação da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, de nove do corrente mês de outubro, registada com o número onze mil trezentos e vinte e cinco, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de dezasseis de novembro de dois mil e dezassete (item doze da respetiva ata), o projeto de Regulamento Municipal acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por quarenta e quatro folhas, rubricado pelo presidente da câmara e por quem secretariou a reunião. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, a contar da respetiva publicação na internet, no sítio institucional do município, e nos demais termos previstos no artigo 101º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL QUE ORGANIZARAM COLÓNIAS DE FÉRIAS – 2018. -----

Presente informação da Divisão de Ação Social, de dezanove de setembro findo, registada com o número dez mil seiscientos e vinte e seis, a sugerir a atribuição de subsídios às Instituições Particulares de Solidariedade Social a seguir identificadas para ajudar a custear as despesas com a realização da colónia de férias para idosos, adultos dependentes e crianças, que se realizaram nos meses de junho e julho últimos.-----

O senhor presidente da câmara propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o), u) e v) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir os subsídios a seguir referidos, no montante total de 5.271,00 € (cinco mil duzentos e setenta e um euros) para ajudar a custear as despesas com a realização de colónias de férias.-----

- Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe-----1056,00 €
(mil e cinquenta e seis euros). -----

- Associação de Infantários de São Tomé de Negrelos-----2240,00 €
(dois mil duzentos e vinte e quatro euros). -----

- Casa de Acolhimento Sol Nascente-----224,00 €
(duzentos e vinte e quatro euros). -----

- Centro de Acolhimento à Terceira Idade de Roriz-----344,00 €
(trezentos e quarenta e quatro euros).-----

- Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente-----455,00 €
(quatrocentos e cinquenta e cinco euros).-----

- Centro Social de S. Rosendo-----752,00 €
(setecentos e cinquenta e dois euros).-----

- Lar Familiar da Tranquilidade-----200,00 €

(duzentos euros).-----

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 2920/2018. -----

Os compromissos inerentes à presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 3281 a 3287, todos de oito do corrente mês de outubro. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

9. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE AGROLONGA - TRATORES, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E EMPILHADORES, UNIPESSOAL LDª - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE REDUÇÃO/ISENÇÃO DE TAXAS DE LICENÇAS E TMU - PROC. Nº 336/16-LEDI. -----

Presente requerimento de vinte e cinco de julho último, da sociedade comercial por quotas Agrolonga – Tratores, Máquinas Agrícolas e Empilhadores, Unipessoal Lda, com sede na freguesia de Água Longa, concelho de Santo Tirso, registado com o número vinte e um mil e sessenta e seis, a solicitar o reconhecimento do interesse público do projeto de investimento de ampliação das suas instalações, a que diz respeito o processo de obras particulares 336/17 – LEDI. -----

Do expediente consta informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de vinte e cinco de setembro findo, registada com o número dez mil oitocentos e sessenta e dois, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse reconhecer como de especial interesse social e económico municipal o projeto de ampliação das instalações da requerente, para efeitos de isenção ou redução de taxas de licença e Taxa Municipal de Urbanização de harmonia com o previsto na alínea f) do n.º 2 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e no Regulamento de Taxa pela realização de Infraestruturas Urbanísticas. -----

Da liquidação de taxas já efetuada resulta que o montante das taxas de licença a pagar é 835,00 € (oitocentos e trinta e cinco euros) e o valor da TMU é de 636,05 € (seiscentos e trinta e seis euros e cinco cêntimos). -----

Posteriormente, e ao abrigo da competência prevista no n.º 6 do referido artigo 15º, e conforme a informação que vier a ser prestada pelos serviços respetivos, será decidida a isenção ou

Reunião : ORDINÁRIA

redução de taxas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

10. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE PENA PALACE - EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS E TURÍSTICOS S.A. - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE REDUÇÃO/ISENÇÃO DE TAXAS DE LICENÇAS - PROCESSO 71/95. -----

Presente requerimento de vinte e sete de setembro findo, da sociedade comercial anónima denominada Pena Palace – Empreendimentos Hoteleiros e Turísticos S.A., que tem por objeto social a compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim, com sede na Avenida Américo Teixeira, 960-A, Freguesia de Rebordões, concelho de Santo Tirso, registado com o número vinte e sete mil setecentos e noventa e quatro, a solicitar o reconhecimento do especial interesse social e económico municipal, do seu projeto de recuperação de duas frações autónomas (designadas na respetiva propriedade horizontal pelas letras A e F) de um edifício sito na Freguesia de Vila das Aves, deste concelho, para criação de duas empresas, e que permitirá a criação de vinte postos de trabalho diretos. -----

Do expediente consta informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de onze do corrente mês de outubro, registada com o número onze mil quinhentos e três, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse reconhecer como de especial interesse social e económico o projeto de requalificação das aludidas frações autónomas, a levar a efeito pela requerente, para efeitos de isenção ou redução de taxas de licença, de harmonia com o previsto na alínea f) do n.º 2 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, em virtude da requerente já ter beneficiado de redução da Taxa Municipal de Urbanização. -----

Posteriormente, e ao abrigo da competência prevista no n.º 6 do referido artigo 15º, e conforme a informação que vier a ser prestada pelos serviços respetivos, será decidida a isenção ou

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

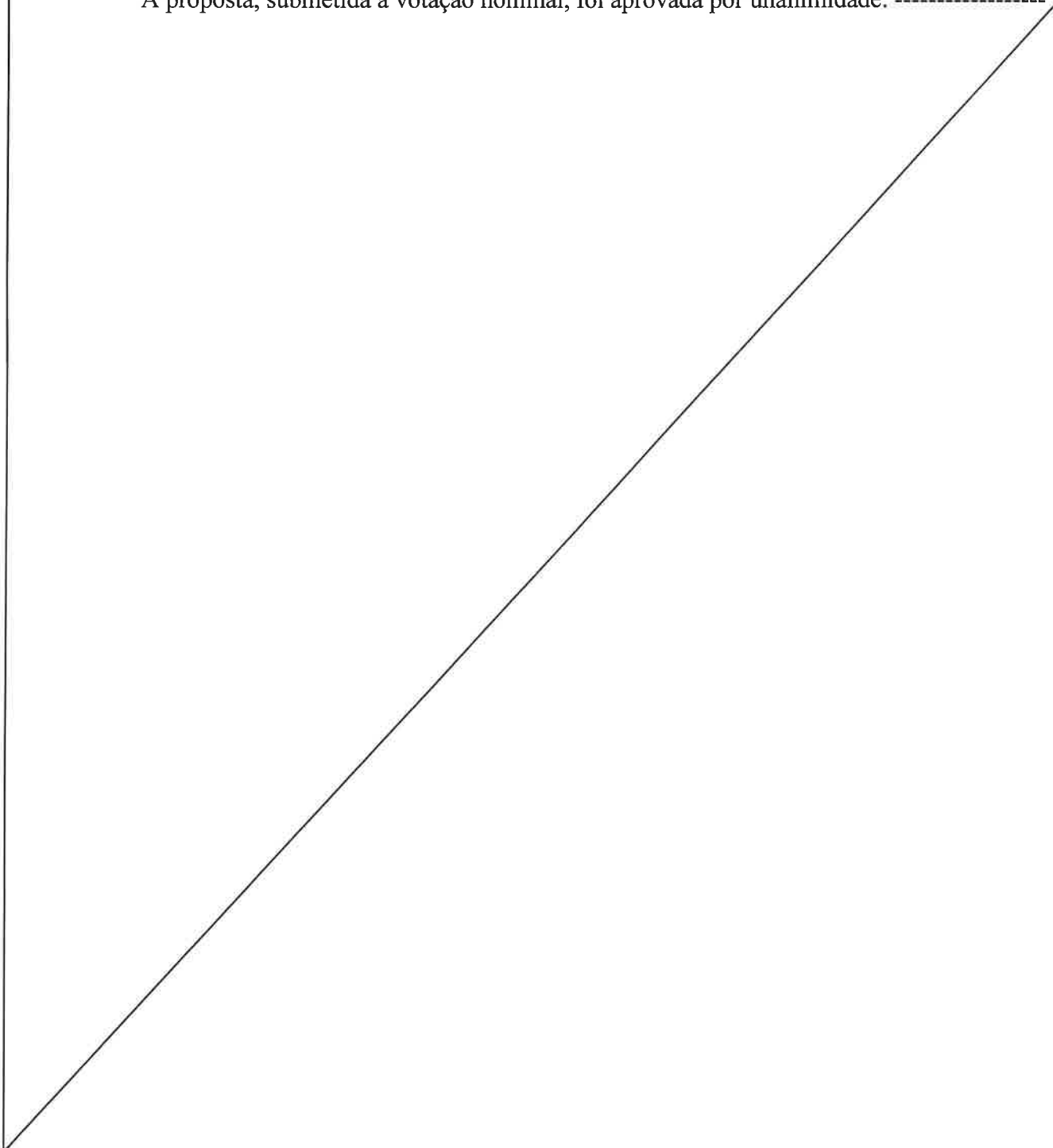
Ata N.º 19 Fl. 24
18 de outubro de 2018

A

7

redução de taxas. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----



11. REQUERIMENTO DA SOCIEDADE PACOLI – PROPRIEDADES, CONSTRUÇÃO E INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EFEITOS DE REDUÇÃO/ISENÇÃO DE TAXAS DE LICENÇA, TMU E COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA- PROCESSO 30/17- ALTLOT -----

Presente requerimento de vinte e três de agosto último, da sociedade comercial por quotas Pacoli Propriedades, Construção e Investimentos Imobiliários Lda, com sede na Rua Ferroira do Lemos, n.º 85, Santo Tirso, registado com o número vinte e três mil setecentos e cinco, a solicitar o reconhecimento do especial interesse público do seu projeto de investimento, que consiste na realização de operação urbanística de loteamento habitacional no centro da cidade de Santo Tirso.

Do expediente consta informação da Divisão de Desenvolvimento Económico, de onze do corrente mês de outubro registada com o número onze mil quatrocentos e noventa e nove, cujo teor se dá aqui por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, designadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, sendo de realçar que durante o período de execução do projeto prevê-se a criação de cinquenta postos de trabalho diretos e cem indiretos, acrescendo que o projeto contribuirá para o aumento da oferta de habitação, conformando-se assim com a política habitacional municipal de promoção de habitação na cidade, de modo a contribuir para a fixação de população residente no município.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse reconhecer como de especial interesse social e económico municipal o projeto relativo à referida operação urbanística, a levar a efeito pela requerente, para efeitos de isenção ou redução de taxas de licença, de harmonia com o previsto na alínea f) do n.º 2 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, bem como para efeitos de isenção ou redução da Taxa Municipal de Urbanização, e Compensação Urbanística, nos termos dos respetivos regulamentos. -----

De acordo com a liquidação de taxas já efetuada no processo, o valor da taxa de licença é de 2.296,32 € (dois milhões duzentos e noventa e seis euros e trinta e dois cêntimos); o valor da Taxa Municipal de Urbanização é de 55.841,20 € (cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e um euros e vinte cêntimos) e o valor da Compensação Urbanística é de 216.877,81€ (duzentos e dezasseis mil oitocentos e setenta e sete euros e oitenta e um cêntimos). -----

Posteriormente, e ao abrigo da competência prevista no n.º 6 do referido artigo 15º, e conforme a informação que vier a ser prestada pelos serviços respetivos, será decidida a isenção ou redução de taxas.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Findo o período da ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 14º do regimento da câmara municipal, abriu um período para intervenção do público assistente a esta reunião.-----

Apesar de não haver inscrições para intervenção, conforme previsto no n.º 5 do referido artigo 14º, o senhor presidente da câmara, ao abrigo do n.º 6 do mesmo artigo, autorizou a intervenção dos presentes que o quisessem fazer.-----

Nenhuma das pessoas presentes na reunião quis intervir.-----



ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Dezasseis horas. -----

E para constar se lavrou a presente minuta da ata que tem vinte e oito folhas, e oito documentos anexos (anexo I, relativo ao item dois; anexos II e III, relativos ao item três; anexo IV, relativo ao item quatro; anexos V e VI, relativos ao item cinco; anexo VII, relativo ao item seis; e anexo VIII, relativo ao item sete) apenas utilizadas no anverso, que eu

Adriana
Fegadelos
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de 02/11/2018, conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas cinco).-----

A Secretária,

Adriana Fegadelos